

**Financeirização, Sistema da Dívida e os reflexos das fraudes do Banco Master para a classe trabalhadora**

Brasília, 05 de maio de 2026 - 9h às 13h - Câmara dos deputados

Realização: Auditoria Cidadã da Dívida e Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular

**Anatomia de um Saque: financeirização, Banco Master e socialização das perdas***Fernanda Melchionna<sup>1</sup>*

O Brasil vive um momento revelador. O escândalo do Banco Master atingiu em cheio o coração do sistema financeiro nacional expôs, com rara nitidez, a promiscuidade entre rentistas, banqueiros, agentes políticos conservadores e órgãos de regulação que deveriam proteger o interesse público. O caso demonstra a lógica que organiza o capitalismo financeirizado no Brasil: a privatização dos lucros e a socialização das perdas.

Enquanto trabalhadoras e trabalhadores enfrentam dificuldades crescentes para pagar suas contas, pressionados por crédito caro e juros extorsivos, setores do sistema financeiro seguem sendo premiados mesmo quando suas apostas fracassam. No Brasil, quem atrasa uma prestação é punido com rigor; quem movimentava bilhões em operações temerárias encontra salvaguardas, silêncio institucional e mecanismos de proteção capazes de amortecer o prejuízo.

Nesse contexto, a bancarrota do Banco Master, que operou com ativos de qualidade duvidosa por tempo prolongado — sem a fiscalização necessária por parte do Banco Central e com aporte de recursos previdenciários de servidores de diversos governos estaduais — é um retrato fiel da disfunção estrutural do nosso sistema financeiro. Não se trata de um caso isolado, nem de um desvio de rota. É uma demonstração inequívoca do que o sistema financeiro brasileiro, na forma em que está posto, produz sistematicamente.

O que o escândalo do Banco Master revela não é apenas a má-fé de gestores individuais. Revela a arquitetura de um sistema que permite, e até incentiva, que instituições financeiras assumam riscos excessivos, sabendo que existem mecanismos de salvaguarda prontos para absorver o prejuízo.

Enquanto trabalhadores endividam-se pagando juros aviltantes no crédito — os maiores do mundo —, o sistema financeiro opera sob uma lógica de proteção mútua entre seus agentes, com reguladores capturados e mecanismos de garantia que funcionam como subsídios implícitos ao risco privado.

E é exatamente nesse momento que corremos o risco de aprofundar esse tipo de relação espúria entre os agentes financeiros e aqueles que deveriam controlá-los.

A pretensa "independência do Banco Central", a ser inscrita no texto constitucional por meio da PEC 65/2023 — atualmente em tramitação no Senado Federal, com relatório apresentado à CCJ na semana passada —, é instrumento claro de captura do órgão central do sistema financeiro brasileiro por uma elite preocupada em maximizar seus lucros sem controle real sobre suas atividades.

A independência pretendida não é senão a ausência de controle público sobre o Banco Central, com a manutenção de sua subserviência aos interesses dos atores do sistema financeiro que sempre exerceram poder sobre a instituição.

Além disso, no mesmo movimento, pretende-se constitucionalizar o calote nos precatórios e abrir espaço para novas engenharias financeiras que beneficiam, em última instância, os mesmos grupos que hoje estão no centro do escândalo Master. O relatório apresentado à CCJ é um sinal de alerta: há um esforço articulado, dentro e fora do Parlamento, para normalizar a subordinação do Estado ao capital financeiro, blindar os especuladores de qualquer responsabilização e transferir para a coletividade os custos das apostas do mercado.

O que se vende como neutralidade técnica é uma escolha política em favor da finança. E essa escolha tem consequências concretas: juros altos, crédito caro, endividamento das famílias, compressão do orçamento público e transferência permanente de renda para os detentores da dívida.

Financeirização não é uma abstração. Ela aparece na fatura do cartão de crédito, no financiamento habitacional impagável, no consignado que consome aposentadorias, na pequena empresa sufocada pelo crédito caro, no orçamento público sequestrado pelo pagamento de juros e na precarização dos serviços públicos. Aparece também quando um banco cresce de forma acelerada, aposta em ativos problemáticos, se beneficia da confiança sistêmica e, ao ruir, deixa para trás uma conta que ultrapassa os limites de seus próprios controladores.

Por isso, o caso Master precisa ser tratado como ponto de inflexão. É necessário exigir responsabilização rigorosa de gestores, controladores e eventuais agentes públicos envolvidos; auditoria ampla e transparente da cadeia de ativos que sustentou a operação; revisão das regras de captação com garantia do FGC, preservando o pequeno poupador, mas impedindo seu uso como estímulo ao risco irresponsável; fortalecimento da fiscalização sobre bancos, fintechs, fundos e conglomerados financeiros; e controle democrático efetivo sobre o sistema financeiro nacional.

Também é necessário rejeitar qualquer tentativa de usar a crise para avançar propostas que afastem ainda mais o Banco Central do escrutínio público. A resposta ao escândalo do Banco Master não pode ser mais blindagem, mais autonomia sem controle e mais poder para os mesmos setores que se beneficiam da opacidade do sistema. A resposta deve ser transparência, responsabilização, auditoria cidadã e democratização das decisões econômicas.

O sistema da dívida é um dos principais mecanismos de transferência de riqueza da classe trabalhadora para o capital financeiro. O caso Master tornou essa engrenagem visível. Não podemos desperdiçar essa evidência.

Democratizar o sistema financeiro, submeter o Banco Central ao controle social, auditar a dívida pública, enfrentar os juros abusivos e impedir que mecanismos de proteção sejam convertidos em subsídios indiretos à especulação não são pautas radicais. São medidas elementares de justiça. Radical é aceitar que milhões de trabalhadores sejam punidos por dívidas pequenas enquanto grandes operadores financeiros quebram bancos, movimentam bilhões e ainda esperam que a sociedade pague a conta.

---

[1] Fernanda Melchionna é Militante, ativista, socialista, feminista, e acredita na mobilização como método de grandes transformações. É bibliotecária formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bancária licenciada pelo Banrisul e esteve vereadora de Porto Alegre por 10 anos. Hoje está deputada federal pelo PSOL-RS em sua segunda legislatura, reeleita em 2022 com quase 200 mil votos, sendo a mulher mais votada do Rio Grande do Sul. Tem como prioridade a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, da vida das mulheres e em prol do fortalecimento do livro e da leitura.

